

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE TRÊS RIOS**  
**DEPARTAMENTO DE CIENCIAS ECONÔMICAS E EXATAS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS EM EDUCAÇÃO PARA A  
PROMOÇÃO DE EQUIDADE NOS GOVERNOS FHC (1995 – 2002) E  
LULA (2003 -2010)**

**Juliana Brum Barbosa de Carvalho**

**ORIENTADOR: Prof<sup>a</sup>. Diná Andrade Lima Ramos**

**TRÊS RIOS**

**2013**

**JULIANA BRUM BARBOSA DE CARVALHO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS EM EDUCAÇÃO PARA A  
PROMOÇÃO DE EQUIDADE NOS GOVERNOS FHC (1995 – 2002) E  
LULA (2003 -2010)**

Monografia de graduação submetida ao corpo docente do Instituto de Três Rios/UFRRJ como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel** no curso de Ciências Econômicas.

**Orientador: Prof<sup>a</sup>. Diná Andrade Lima Ramos**

**Três Rios**

**2013**



**JULIANA BRUM BARBOSA DE CARVALHO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS EM EDUCAÇÃO PARA A  
PROMOÇÃO DE EQUIDADE NOS GOVERNOS FHC (1995 – 2002) E  
LULA (2003 -2010)**

Três Rios, 24 de setembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Diná Andrade Lima Ramos

---

Prof. Ivan Carneiro de Campos

---

Prof. Cícero Augusto Prudêncio Pimenteira

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela vida e oportunidades que tive nela, pelo aprendizado nos erros e pelo futuro que me reserva, pelas grandes amizades feitas e por estar ao meu lado;

Aos meus familiares que me ajudaram e torceram por mim;

Ao meu esposo Bruno, pelo carinho, incentivo e companheirismo;

À Professora Diná Andrade Lima Ramos pelo aprendizado, orientação, força, cobrança, apoio e confiança;

E a todos os amigos que de alguma forma contribuíram para minha graduação.

## RESUMO

O Brasil, apesar de viver um momento ímpar na história da economia, sendo visto como emergente é um país onde há grande desigualdade de renda. Muitas políticas educacionais são aplicadas com o objetivo de alcançar uma sociedade mais igualitária e justa, proporcionando ao indivíduo uma melhor qualidade de vida. A equidade se dá pela adaptação do direito do cidadão associado a uma situação existente, sendo a educação um instrumento capaz de promover tal equidade na nação. Inúmeros programas e planos de ações foram implementados especificamente na área da educação durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) com objetivo de alcançar essa meta. Assim, é necessária uma avaliação destas medidas adotadas para se conhecer sua real eficiência e eficácia durante o período de atuação, uma vez que o fator trabalho é o meio que as pessoas obtêm renda. A desigualdade na seleção de mão-de-obra através da cor, sexo, idade e escolaridade ainda são predominantes. A qualificação da população é necessária juntamente com a inserção de uma nova mentalidade do valor do conhecimento já na educação básica. O tipo de elaboração da pesquisa é de forma qualitativa onde foram utilizadas as revisões bibliográficas, monografias, teses, livros, inclusive material didático disponível na internet, gráficos e tabelas, com a meta de demonstrar claramente a evolução da educação com a finalidade de um país melhor.

Palavras-chave: Equidade; Educação; Qualificação.

## **ABSTRACT**

*Brazil, despite living a unique moment in the history of economics, being seen as emerging from a country where there is high income inequality. Many educational policies are applied in order to achieve a more egalitarian and fair, giving the individual a better quality of life. Equity is by adjustment of the rights of citizens associated with an existing situation, with education being a tool to promote such equality in the nation. Numerous programs and action plans have been implemented specifically in the area of education during the governments of Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) and Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) in order to achieve this goal. Thus, it is necessary to evaluate these measurements to its real effectiveness and efficiency during operation, since the labor factor is the way people obtain income. Inequality in the selection of skilled manpower through color, sex, age and education are still prevalent. The qualification of the population is required along with the insertion of a new mentality of the value of knowledge already in basic education. The type of research is the development of a qualitative where we used the literature reviews, monographs, theses, books, including textbooks available on the internet, graphs and tables, with the goal of clearly demonstrate the evolution of education in order to a country better.*

*Keywords: Equity, Education, Qualification.*

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1 – Diferencial de Renda entre os Quintos da Distribuição .....	13
Gráfico 2 – Curvas de Lorenz – 1989 e 2004 para o Brasil .....	15
Gráfico 3 – Índice de Gini para o Brasil (1978-2007) .....	16
Gráfico 4 – Distribuição Percentual das Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, Analfabetas, Por Sexo, Segundo os Grupos de Idade – Brasil – 1999-2009 em porcentagem. ....	41
Gráfico 5 - Taxa de Frequência Bruta a Estabelecimento de Ensino da População Residente, Segundo os Grupos de Idade – Brasil – 1999/2009.....	42
Gráfico 6 – Distribuição dos Estudantes de 18 a 24 anos de Idade, por Nível de Ensino Frequentado – Brasil – 1999/ 2009 em porcentagem.....	43
Tabela 1 – Crescimento, emprego e investimento (1995-2010) .....	19
Tabela 2 – Percentual de despesas do governo federal com manutenção e desenvolvimento do ensino por subfunção (2000/2007) – R\$ milhões.....	40
Tabela 3 - Taxa de Aprovação, Reprovação e Abandono, por nível de Ensino Segundo os Países que compõem o MERCOSUL – 2007.....	44

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
<b>DESGUALDADE DE RENDA NO BRASIL</b> .....	<b>11</b>
2.1 Desigualdade de renda .....	11
2.2 Indicadores de desigualdade de renda .....	14
2.2.1 Curva de Lorenz .....	14
2.2.2 Índice de Gini .....	16
2.2.3 Índice de Theil - L.....	17
2.3 Desemprego: Um dos fatores da desigualdade (1995-2010).....	18
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
<b>A EDUCAÇÃO E A IGUALDADE SOCIAL</b> .....	<b>21</b>
3.1 A história da educação brasileira .....	21
3.2 Educação como ferramenta para promoção da equidade no Brasil.....	28
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
<b>POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL (1995-2010)</b> .....	<b>31</b>
4.1 Considerações acerca das políticas educacionais .....	31
4.2 A Educação no Governo de Fernando Henrique Cardoso .....	32
4.3 Cenário educacional no Governo Lula .....	36
4.4 Uma avaliação da educação brasileira no período FHC e Lula .....	40
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>47</b>



## INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que apresenta grande desigualdade de renda, e que embora tenha reduzido ao longo da história, ainda está distante da equidade social que se busca alcançar.

São inúmeras as formas de desigualdade claramente identificadas no país. A desigualdade de renda é a que mais afeta as pessoas, o que gera grande preocupação entre os economistas, pois o Brasil apresenta elevada desigualdade de renda.

Por isso, é foco de muitos estudos e ações que são desenvolvidas pelos governos para, se não corrigir, amenizá-las ainda que tais ações não se tenham mostrado suficientemente eficazes.

É por meio da venda do fator trabalho que a maioria das pessoas adquire renda. A desigualdade de renda é fortalecida pelas desigualdades durante o processo de inserção e alocação dessa mão-de-obra no mercado de trabalho. Características individuais como: cor, sexo, idade, escolaridade e até mesmo local de moradia podem discriminar o trabalhador no processo seletivo do mercado de trabalho. Esta pesquisa concentra-se no estudo sobre educação.

Para se reduzir a desigualdade de acesso ao mercado de trabalho brasileiro é importante qualificar mão-de-obra, oferecendo oportunidades para os cidadãos, através de ações bem organizadas que valorizem e estimulem a educação. Por isso, é essencial que o país apresente Políticas Educacionais eficazes, que representem programas políticos que são desenvolvidos a partir da intervenção estatal na sociedade, visando garantir igualdade de oportunidade a todas as pessoas.

Nesta pesquisa será dada ênfase as iniciativas de educação nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, que ocuparam a função de presidentes da República no período de 1995 até 2010, desenvolvendo vários projetos que tinham como objetivo primordial minimizar a desigualdade de renda do país.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso houve uma ampliação das Políticas Educacionais. O então presidente desenvolveu um Plano Nacional de Educação, que apresentava metas básicas a serem alcançadas, visando reduzir a desigualdade de renda do país através da valorização da educação, ampliando a escolaridade obrigatória, melhorando a qualidade dos cursos através de avaliações, diminuindo a defasagem educacional, bem como a evasão escolar.

Foram identificados progressos a partir do Plano Nacional de Educação desenvolvido por Fernando Henrique Cardoso, mas, em virtude da desigualdade de renda ser muito intensa no Brasil, esse quadro permaneceu preocupante.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva geriu o país em seguida, criando uma política de diversidade social, com o desenvolvimento de vários programas e ações que geraram grandes expectativas ao povo brasileiro, mas o que se verificou foi a continuidade do que já havia sido iniciado pelo governo anterior.

É neste contexto que se baseia a presente pesquisa, que busca apresentar um estudo comparando os Planos de Ação na área da educação entre o Governo Lula e Fernando Henrique Cardoso para a promoção da equidade.

A escolha do tema se justifica pela necessidade de se avaliar programas e ações voltados para a educação, como forma de reduzir a desigualdade de renda do Brasil e, dada a sua importância para redução da desigualdade.

Optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica, que contou com a consulta e análise de vários documentos, com destaque a artigos, monografias, teses e livros, acessados, inclusive na internet.

O trabalho está dividido em cinco capítulos distintos, incluindo esta introdução. O segundo tratou da desigualdade de renda no Brasil, com ênfase no desemprego enquanto um dos principais fatores da desigualdade. O terceiro capítulo teve como foco a história e sua importância à educação para a promoção da igualdade social. O quarto capítulo abordou a questão das Políticas Educacionais no Brasil, trazendo algumas considerações sobre as mesmas, assim como a comparação entre as políticas implantadas no Governo de Fernando Henrique Cardoso e no Governo Lula. No quinto capítulo encontra-se a conclusão da pesquisa.

## 2 - DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

### 2.1 – DESIGUALDADE DE RENDA

Dentre as diferentes formas de desigualdade, a relacionada à renda é considerada a mais evidente no sistema econômico, sendo facilmente identificada, principalmente por voltar-se para a soma do capital obtido através do trabalho (BIER, 2009).

A desigualdade de renda é tema de grande importância para qualquer país, sendo dada atenção especial pela ciência econômica, principalmente pela relação estreita que a mesma apresenta com o desenvolvimento econômico.

O Brasil é um país onde se identifica acentuada divergência de renda entre a população, o que é algo que demanda atenção visando-se solucionar esse problema e melhorar a qualidade de vida dos indivíduos menos favorecidos.

Segundo Amartya Sen (2000, p.303):

“os grandes desafios que o capitalismo enfrenta no mundo contemporâneo incluem problemas de desigualdade (especialmente pobreza esmagadora em um mundo de prosperidade sem precedente) e de ‘bens públicos’ (ou seja, os bens que as pessoas compartilham, como o meio ambiente). A solução desses problemas quase certamente requererá instituições que nos levem além da economia de mercado capitalista. Mas o próprio alcance da economia capitalista de mercado pode, de muitos modos, ser ampliado por um desenvolvimento apropriado de uma ética sensível a esses problemas. A compatibilidade do mecanismo de mercado com um vasto conjunto de valores é uma questão importante e precisa ser considerada juntamente com a exploração da extensão de disposições institucionais além dos limites do mecanismo de mercado puro.

A situação preocupante do Brasil, que se destaca em relação à intensa desigualdade de renda é demonstrada nos estudos de Bier (2009, p. 30):

O debate nos campos econômico e político acerca da desigualdade de renda fez o Brasil se notabilizar nas últimas décadas internacionalmente, como um notável detentor de uma má distribuição de renda em nível mundial. No campo econômico o debate é intensificado por autores que acreditam ser esse um fator limitador do desenvolvimento econômico. A intensa desigualdade brasileira formou uma nação à parte, não beneficiada pelo progresso econômico e excluída do acesso ao mercado e a direitos básicos de cidadania.

Frente a essa realidade, que revela intensa desigualdade de renda entre os brasileiros, é fundamental que se entenda melhor as concepções de distribuição de renda.

Há uma concepção baseada na distribuição funcional de renda e a que se refere a distribuição pessoal de renda. A primeira é definida por Camargo *et. al.* (2000 *apud* SOUZA, 2009, p. 13), que apresenta uma visão clássica, na qual entende ser a distribuição de renda:

[...] consequência das características do sistema produtivo através das formas de alocação dos fatores de produção. Desde as primeiras formulações, a questão da renda se apresenta como um grande problema, e ao mesmo tempo como indicador de desenvolvimento econômico.

Nota-se que a distribuição de renda é um resultado do próprio sistema de produção, influenciando diretamente no desenvolvimento econômico do país, o que revela sua importância.

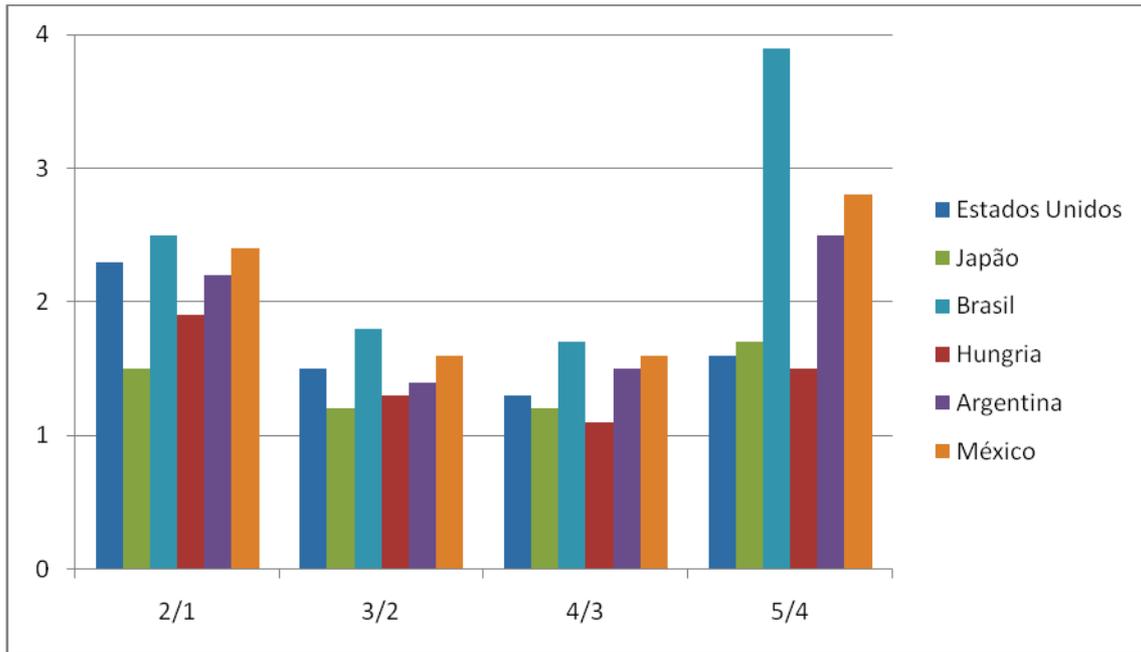
Quanto à distribuição pessoal, Souza (2009, p. 14) esclarece:

Ao contrário da distribuição funcional da renda, a distribuição pessoal da renda (como no PNAD) capta fundamentalmente a renda salarial, acrescida da previdenciária e de assistência social, o que representa em torno de 45% da renda total, não cobrindo a renda do capital (lucros e dividendos) e os juros, por exemplo. Mesmo assim, é uma importante forma de conhecer a distribuição do bem estar entre os indivíduos, assim como para a compreensão das causas e dimensões da pobreza em uma sociedade.

Entende-se, portanto, a distribuição pessoal da renda como uma forma de captação de renda salarial que permite uma visão mais ampla da realidade do país no que tange a qualidade de vida e bem estar dos cidadãos, sendo fator relevante para identificação dos geradores da pobreza em cada sociedade.

O Gráfico1 compara a distribuição de renda de seis diferentes países, com ênfase no Brasil:

Gráfico 1 – Diferencial de Renda entre os Quintos da Distribuição



Fonte: Barros (1995, p. 11).

Barros (1995, p.11) esclarece como utilizou a população de seis países que são os Estados Unidos, Japão, Brasil, Hungria, Argentina e México com o objetivo de analisar o diferencial de renda entre os quintos da distribuição:

[...] dividimos sua população em cinco grupos. O primeiro grupo é constituído pelos 20% mais pobres, o segundo grupo é constituído pelos 20% seguintes e assim sucessivamente. Este gráfico mostra, para cada um dos seis países, a razão entre a renda média dos indivíduos no segundo grupo e a renda média dos indivíduos no primeiro grupo. Em seguida, observamos a razão entre as rendas médias dos indivíduos do terceiro e segundo grupos e assim por diante. Esta razão perto de 2 significa que a

renda média de um indivíduo no segundo grupo é o dobro da renda média de um indivíduo no primeiro grupo.

Segundo Barros (1995), as razões entre a renda dos indivíduos no terceiro e segundo grupos e entre a renda dos indivíduos no quarto e o terceiro grupos são muito parecidas para todos os países, mas sempre maior no caso do Brasil. A situação muda quando observamos a razão entre a renda média dos indivíduos no quinto e quarto grupos. Estados Unidos, Japão e Hungria continuam com uma razão perto de 1,5. Para a Argentina e o México esta ultrapassa 2 e, no caso do Brasil, chega perto de 4. Isto significa que a renda média de um indivíduo que se encontra entre os 20% mais ricos da população é cerca de quatro vezes maior do que a renda de um indivíduo que está entre os 20% imediatamente anteriores.

Comparando-se os países analisados, o Brasil é o que apresenta a maior desigualdade de renda, concentrando-se na cauda superior da distribuição, isto é, entre os 10% mais ricos como se pode observar nitidamente no gráfico em questão (BARROS, 1995).

## 2.2 – INDICADORES DE DESIGUALDADE DE RENDA

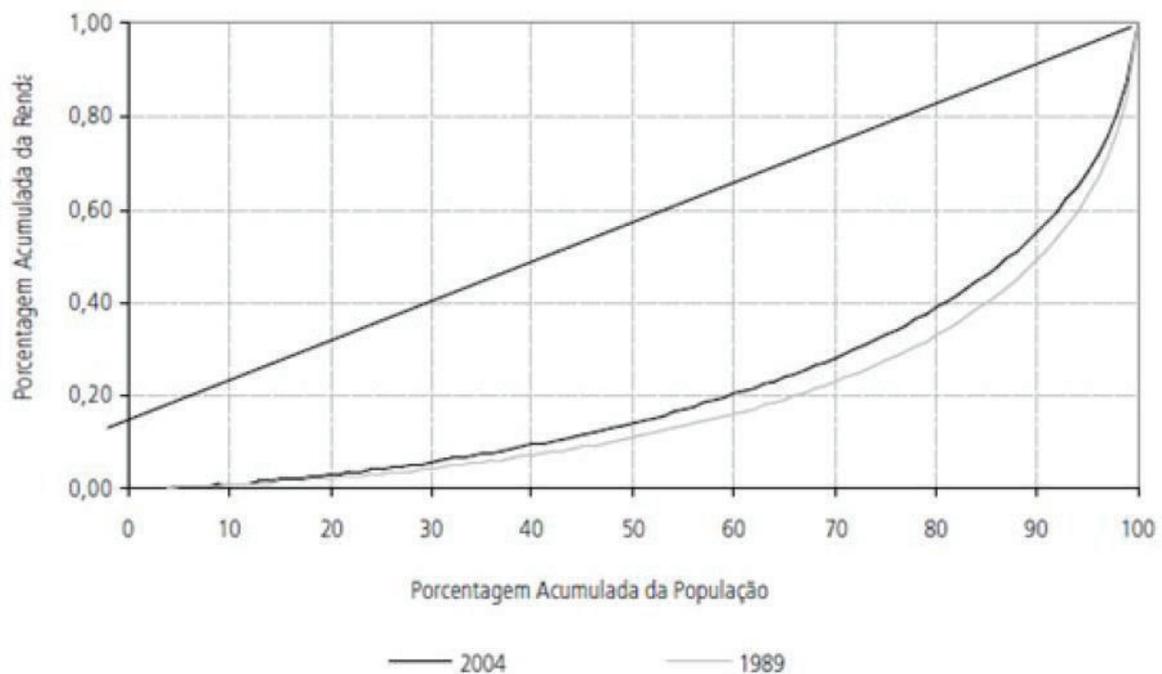
É importante mencionar que existem vários indicadores utilizados para se medir os níveis de desigualdade na distribuição de renda de um país, ocorrendo variação nos resultados de acordo com o indicador escolhido, mas não havendo um consenso entre os especialistas sobre o mais adequado a ser utilizado (SOUZA, 2009).

Cabe apontar três dos principais indicadores da desigualdade na distribuição de renda: Curva de Lorenz, Índice de Gini e Índice de Theil-L.

### 2.2.1 – Curva de Lorenz

A Curva de Lorenz utiliza um sistema de eixos cartesianos para ser construída, objetivando, através de vários pontos definidos calcular a proporção acumulada da população com a proporção acumulada de renda. Esta curva se encontra entre a linha de perfeita igualdade e a de extrema desigualdade, então, quanto mais próxima ela estiver da linha de perfeita igualdade, mais igualitária é a distribuição de renda, como é demonstrado pelo Gráfico 2.

Gráfico 2 – Curvas de Lorenz – 1989 e 2004 para o Brasil



Fonte: Bier (2009, p. 32)

Pode-se perceber claramente a relação que existe entre a porcentagem acumulada da população e a porcentagem acumulada de renda, representada pelas curvas apresentadas. Hoffmann (1998 *apud* SOUZA, 2009, p. 17) esclarece, de forma sucinta, o objetivo da curva de Lorenz:

[...] busca uma melhor visualização da distribuição de renda entre os habitantes de um país. Lorenz propôs que se representasse graficamente no eixo das abscissas as porcentagens acumuladas da população por

ordem crescente de renda, e no eixo das ordenadas as percentagens acumuladas da renda global correspondente.

Nota-se que houve uma redução da desigualdade no Brasil entre 1989 e 2004, e também encontramos período anterior a hiperinflação (1981-1984) e o período pós-Plano Real (1995-1998) com o controle da inflação, contudo, é ainda impressionante a elevada desigualdade identificada no país.

### 2.2.2 – Índice de Gini

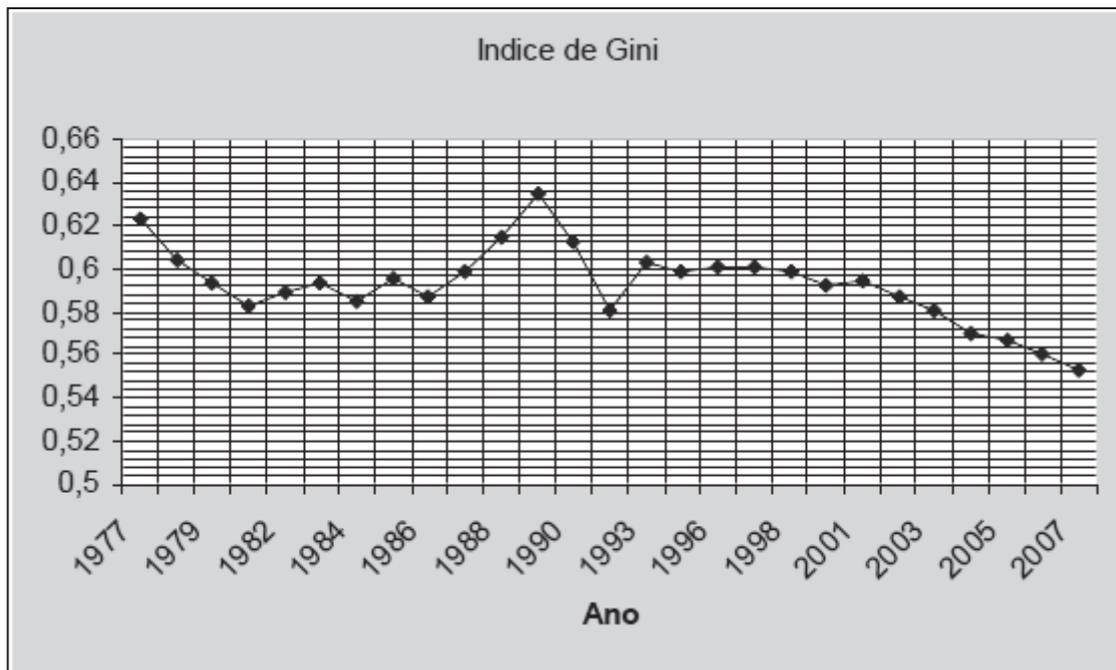
Outro importante indicador de desigualdade de distribuição de renda é denominado Índice de Gini e tem por base medir a distribuição a partir da renda domiciliar *per capita*. Ressalta-se que esse indicador complementa a curva de Lorenz.

Conforme esclarece Coelho (2009, p. 20):

O índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (ou seja, a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (isto é, apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

O Gráfico3 apresenta um exemplo do Índice de Gini no Brasil, analisando o período de 1978 até 2007.

Gráfico 3 – Índice de Gini para o Brasil (1978-2007)



Fonte: Bier ( 2009, p. 33)

Como se nota, o Gráfico 3 mostra a desigualdade de renda no Brasil tendo por base o índice de Gini, este teve aumento considerável entre os anos de 1987 até 1989, momento em que se manteve em queda contínua até 1992 devido a hiperinflação. Destaca-se que em seguida, houve aumento e a partir de 1994, com a criação do Plano Real, manteve-se equilibrado, até 2002, ano em que passou a sofrer redução que se prolongou continuamente devido à desvalorização da moeda.

### 2.2.3 – Índice de Theil - L

O terceiro indicador a ser apresentado é o Índice de Theil-L que pode ser entendido como uma medida estatística que analisa a distribuição de renda através de cálculos e médias aritméticas.

O Índice de Theil-L foi criado a partir das pesquisas de Atkinson e Theil e segundo Bier (2009, p. 33):

Atkinson criou um conjunto de medidas de desigualdade derivadas de uma função de bem-estar social simétrica, pois seu valor não é alterado por

trocas de renda entre as pessoas, e aditivamente separável, já que seu valor é uma soma dos valores do bem-estar social associado a cada pessoa, dependendo da renda individual. Henry Theil desenvolveu duas medidas de desigualdade – T e L – derivadas de conceitos da teoria da informação, onde a quantidade de informação recebida de um evento é inversamente proporcional a sua probabilidade de ocorrência. Vêm recebendo maior atenção pela relativa facilidade de serem decompostos, principalmente o L, entre componentes “intra” – referentes à desigualdade dentro de um grupo/região – e “inter” – referentes à desigualdade entre grupos/regiões.

Ambos os estudiosos associaram seus estudos e criaram o índice de Theil-L, que se tornou muito difundido na literatura sobre distribuição de renda, principalmente por ser o único decomponível.

Independente do indicador escolhido é fundamental que se determine a desigualdade na distribuição de renda de um país, pois ela influencia no desenvolvimento econômico do mesmo, revelando-se ponto fundamental a ser estudado para se buscar meios de minimizar essa divergência, principalmente no Brasil, que apresenta índices muito elevados, frente a vários outros países.

### 2.3 – DESEMPREGO: UM DOS FATORES DA DESIGUALDADE (1995-2010)

Há desemprego em qualquer país, independente de ser desenvolvido ou subdesenvolvido, não havendo um só motivo específico para sua origem, o que torna mais difícil sua solução.

Segundo Santos (2008, p. 53):

[...] o crescimento do desemprego está cada vez mais no cotidiano da sociedade e com características mais complexas e heterogêneas, atingindo praticamente todos os segmentos sociais, embora apresentando em sua composição uma substancial desigualdade, ao considerar as variáveis de rendimento familiar, de idade, de gênero, de etnia e de escolaridade.

O desemprego é algo que faz parte da realidade de qualquer sociedade, afetando todas as classes sociais e áreas profissionais, mas em medida diferentes

em determinados grupos sociais, gerando maior desigualdade na distribuição de renda da população.

Segundo Langoni (1973), a desigualdade de renda é gerada e revelada pelo mercado de trabalho a partir da heterogeneidade da força de trabalho com respeito ao nível educacional, idade, sexo, setor de atividade e região de residência. Assim, segundo BARROS (1995, p. 2), o Mercado de Trabalho no Brasil apresenta-se como mais transformador da desigualdade do que gerador da desigualdade de condições.

Trata-se de um sério problema social que deve ser minimizado ou mesmo sanado, o que não é tarefa fácil, mas necessária para que haja maior igualdade na distribuição de renda dos indivíduos.

A década de 1990 foi marcante para a economia brasileira, pois nela ocorreu um significativo aumento na taxa de desemprego, principalmente, para indivíduos com baixa qualificação (REIS, 2006). O autor observou que a taxa de desemprego, tendo por base o nível de escolaridade da população demonstrada no período de 1981 até 1999, revelou uma diferença marcante da década de 1990. Neste estudo houve uma grande diferença entre os grupos de diferentes graus de escolaridade. Os grupos com menor nível educacional apresentaram maiores índices de desemprego.

Ressalta-se que as maiores mudanças no que tange a questão do desemprego ocorreram na década de 1990, revelando que o governo Fernando Henrique Cardoso, que assumiu a presidência em 1995, não alcançou o sucesso em suas tentativas de minimizar o problema do desemprego no Brasil.

De meados da década de 1990 até 2001 as taxas de desemprego se mantiveram altas, ocorrendo uma pequena redução a partir de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o poder. Não houve diferença significativa entre os dois governos em relação à taxa de desemprego, conforme se pode observar na Tabela 1.

Tabela 1 – Crescimento, emprego e investimento (1995-2010)

Período	Variação real do PIB (%)	Taxas de desemprego (%)			Taxa de investimento
		IBGE	SEADE*	SEADE**	
1995	4.2	6.7	9.0	13.2	18.32
1996	2.2	7.6	9.9	15.0	16.87
1997	3.4	8.5	10.2	15.7	17.37
1998	0.0	9.7	11.7	18.2	16.97
1999	0.3	10.4	12.1	19.3	15.66
2000	4.3	ND	11.0	17.7	16.80
2001	1.3	10.0	11.2	17.6	17.03
2002	2.7	9.9	12.1	19.0	16.39
<b>Média</b>	<b>2.2</b>	<b>8.9</b>	<b>10.9</b>	<b>16.9</b>	<b>16.93</b>
2003	1.1	10.5	12.7	19.9	15.28
2004	5.7	9.7	11.8	18.8	16.10
2005	3.2	10.2	10.6	17.0	15.94
2006	4.0	9.2	10.4	15.9	16.43
2007	6.1	8.9	10.1	15.0	17.44
2008	5.1	7.8	8.8	13.0	19.11
2009	-0.2	9.1	9.4	12.8	16.91
2010	-	-	9.1	12.4	-
<b>Média</b>	<b>3.6</b>	<b>9.3</b>	<b>10.4</b>	<b>15.6</b>	<b>16.74</b>

\* desemprego aberto na região metropolitana de São Paulo; \*\* inclui desemprego oculto por desalento e trabalho precário.

Fonte: Silva, 2011, p. 310.

Entre o Governo de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva houve pouca diferença quanto a média da Taxa de desemprego. Enquanto no Governo de Fernando Henrique Cardoso o IBGE aponta uma média de 8,9% passando para 9,3%, a SEADE com 10,9% e 16,9% respectivamente, reduzindo para 10,4% e 15,6%.

Importante observar segundo Barros (1995, p. 1):

[...] um dos principais determinantes da desigualdade de renda no Brasil são as disparidades educacionais entre os membros da força de trabalho. Estas disparidades educacionais, no entanto, não são simplesmente dadas, mas também criadas pela sociedade brasileira.

Nota-se que as disparidades educacionais são apontadas por Barros (1995) como uma das principais fontes da desigualdade, podendo-se concluir, portanto, que uma das possíveis soluções para minimizar o problema do desemprego, assim como, da desigualdade de renda no Brasil é o desenvolvimento de Políticas Educacionais eficazes no país, o que é tema do próximo capítulo.

### **3 - A EDUCAÇÃO E A IGUALDADE SOCIAL**

#### **3.1 – A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

A educação brasileira foi construída a partir de um modelo de ensino autoritário e mecânico, sendo tema de descaso dos governantes durante vários séculos, conforme se percebe a partir de um estudo histórico.

A história da educação brasileira tem início no período colonial e sobre ele, Romanelli (2001, p. 33) esclarece:

A economia colonial brasileira fundada na grande propriedade e não na mão - de obra escrava teve implicações de ordem social e política bastante profundas. Ela favorece o aparecimento da unidade básica do sistema de produção, de vida social e do sistema de poder representado pela família patriarcal.

Os jesuítas eram os responsáveis por oferecer o ensino no período colonial, exercendo o papel de professores. Dentro da organização social, segundo Romanelli (2001, p. 33): “consistia a predominância de uma minoria de donos de terra e senhores de engenho, sobre um contingente de agregados e escravos”. Ainda assim, somente os filhos mais velhos e do sexo masculino podiam frequentar as aulas, sendo oferecida uma educação muito limitada, que preparava os indivíduos para administrar os negócios da família.

No período colonial, a educação brasileira tinha como principal característica a oralidade, com um ensino voltado para a transmissão de conhecimentos, baseado em um modelo que surgiu no século XVI.

Com a expulsão dos jesuítas a responsabilidade pela educação brasileira passou a ser do Estado, oferecida sem muita atenção ou valorização por parte do governo, não ocorrendo, neste período, qualquer progresso.

A falta de professores fez com que os indivíduos que concluíram os seminários com os jesuítas passassem a ministrar as aulas, mantendo-se a linha

pedagógica dos mesmos, com um ensino voltado para memorização, que se distanciava da realidade da colônia.

Segundo Cabrine (2000, p. 40):

De acordo com a orientação jesuítica, a ação pedagógica era marcada pelas formas dogmáticas do pensamento, contra o pensamento crítico. O ensino era completamente alheio à realidade de vida da Colônia. Privilegiavam o exercício da memória e o desenvolvimento do raciocínio. Os livros a serem comentados eram rigorosamente selecionados.

Cabrine (2000) destaca ainda a "Ratio Studiorum" que foi inserida em 1599, que era um conjunto de normas criado para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos, assim tendo por base a ideia de que a educação deveria ser padronizada, apresentando-se ideologias religiosas e o ensino de disciplinas específicas, entre elas filosofia, teologia, humanidades, bem como grego e latim.

Por muito tempo a educação ficou estagnada, ocorrendo singelos progressos somente em 1808, quando o Estado implantou um sistema burocrático que exigiu maior escolarização dos indivíduos, para se capacitarem e atenderem os integrantes da Coroa que chegaram ao Brasil. Foi criado o ensino superior profissionalizante, para qualificar profissionais (CABRINE, 2000).

Em 1822 inicia-se o Período Imperial, momento em que grandes mudanças econômicas acontecem, mas a educação se mantém diferenciada com base na classe social dos indivíduos, ocorrendo uma dependência entre a pequena classe e a burguesia, sendo que a primeira, passou a defender ideias liberais dominantes, enquanto a segunda defendia as ideias aristocrático-feudais, o que motivou a ruptura das duas classes e ainda a vitória dos ideais liberais, merecendo destaque à abolição da escravatura, proclamação da República, bem como a introdução do capitalismo industrial (RIBEIRO, 2001).

Foram criados cursos superiores (não-teológicos) no país, porém, a intenção era oferecer maior qualificação profissional à elite aristocrática da corte, enquanto o ensino voltado para a classe baixa foi ignorado (RIBEIRO, 2001).

Schueler *et. al.* (2008, p. 39) explica:

Os pesquisadores da área de história da educação têm demonstrado que, a partir de 1835, ao longo de todo o Império, as Assembleias Provinciais fizeram publicar um significativo número de leis, que visavam regulamentar a instrução primária e secundária nas diferentes regiões. Em parte, este movimento legislativo foi resultado da redefinição das normas de competência constitucional, impostas pelo Ato Adicional de 1834. Este ato atribuiu às Províncias o dever de legislar, organizar e fiscalizar o ensino primário e secundário, restando ao governo central, através da pasta do Ministério do Império, a gestão de ambos os graus na Corte, e do ensino superior em todo o país. Por outro lado, além da construção do “Império das leis”, foi notável o desenvolvimento dos serviços de instrução, de rede de escolas muito diversas (públicas, particulares, domésticas), conforme a realidade de cada uma das Províncias, embora os estudos apontem que a aplicação de recursos orçamentários esteve muito aquém das necessidades.

A independência política ocorrida não alterou a situação educacional, em princípio, ocorrendo somente melhor qualificação dos professores, com ênfase nos que ministravam aulas nas novas Faculdades de Direito.

Surge também um ensino secundário na forma de ensino superior, com um currículo e estrutura com caráter introdutório que perdurou até pouco tempo, revelando um grande atraso cultural nas escolas.

Schueler *et. al.* (2008, p. 39-40) esclarecem:

O processo de descentralização na gestão da instrução pública, provocado pelo Ato Adicional de 1834, tem sido interpretado por parte da historiografia da educação como um obstáculo ao desenvolvimento da educação escolar no Brasil imperial, devido às diversidades regionais e à insuficiência de recursos destinados ao ensino nos orçamentos provinciais, ou ainda, em razão do desinteresse das elites políticas provinciais na difusão da instrução primária e secundária. Tal argumentação tem sido enfatizada, alimentando a disputa memorialística sobre a educação escolar brasileira. Em uma vertente da historiografia, de matriz republicana, está presente a culpabilização da descentralização em 1834 pelo fracasso da política de instrução imperial.

Em 1889 teve início a Primeira República, ocorrendo a promulgação da Constituição da República dois anos mais tarde, que promoveu a descentralização do ensino, além de delegar poder aos Estados para que passassem a prover e legislar questões relacionadas à educação primária e ensino profissional.

Neste período, a classe dominante teve acesso às escolas secundárias e superiores, enquanto para classes baixas foram oferecidas vagas em escolas primárias e profissionais, frente a uma sociedade mais complexa que a

escravocrata, com a mistura de classes, entre elas algumas emergentes (RIBEIRO, 2001).

Durante a I República consagrou-se a autonomia dos poderes estaduais e o Governo Federal ficou responsável por proporcionar, em parte, a educação do povo, o que gerou uma desorganização na elaboração do sistema educacional, uma vez que não houve interferência na jurisdição relacionada à educação dos Estados (ROMANELLI, 2001).

Romanelli (2001, pg. 44) destaca que: "[...] o povo, principalmente as camadas médias que almejavam ascender na escala social, afastou logo de si a ideia de educar-se para o trabalho [...]".

Durante a I República houve maior equilíbrio entre educação e sua demanda, ocorrendo a supressão das necessidades da população na época, o que se deve à falta de urbanização e industrialização, o que posteriormente, gerou algumas mudanças na educação, em virtude do surgimento de algumas correntes impulsionadoras (ROMANELLI, 2001).

Para o início do século XX, Medeiros (2009, p. 18-19) comenta:

No início do século XX, muitos acontecimentos agravaram ainda mais a situação social. Na esfera internacional ocorre, entre outros, a Revolução Russa e a Primeira Guerra Mundial. Nacionalmente, somos marcados por diversos fatos, principalmente, a partir da década de 1920. Porém, na questão educacional, ocorre um pouco antes, em 1909, a criação das Escolas de Artífices e Ofício, pelo então Presidente Nilo Peçanha. Nessa ocasião, é proferida por esse Presidente uma frase marcante para a educação profissional brasileira. Segundo ele, a criação dessas escolas era para comportar "os desvalidos da sorte e os desafortunados da fortuna". [...] tal frase coroa o dualismo educacional brasileiro, ou seja, ensino universal para a elite e educação profissional para os filhos de trabalhadores. Haja vista que em nossa sociedade era grande o contingente de ex-escravos postos em "liberdade", sem terra, trabalho e educação, necessitando, portanto, de formação para o trabalho e dessa forma, desenvolver economicamente o país.

Na educação básica, Ribeiro (2001) explica que até 1930 vigorou o liberalismo no Brasil, movimento que tem por base a liberdade completa do indivíduo, que teve início em 1888, após a abolição oficial da escravidão.

Ao final da II Guerra Mundial ocorreu o aumento da demanda educacional, ocorrendo a expansão do sistema escolar, com aceleração de suas necessidades econômicas (RIBEIRO, 2001).

Segundo Lima (2010, p. 3-4):

Na década de 1940, não houve por parte do governo brasileiro nenhuma movimentação significativa da definição de políticas para a educação até 1942. Porém a partir de 1946 foram criadas Leis Orgânicas que possibilitaram a União o poder de estabelecer diretrizes sobre todos os níveis da educação nacional.

Nota-se que somente em 1946 surgiram ações do governo brasileiro voltadas para a educação, mas ainda permanecia intensa a dificuldade em se minimizar a deficiência em virtude da cultura educacional falha.

A construção de um modelo escolar para preparar os indivíduos para o mercado de trabalho apresentou dificuldades, ainda que fosse uma exigência do sistema capitalista que precisava de uma demanda de profissionais qualificados.

O período militar surge na década de 1960, marcando a história do Brasil, em virtude das perseguições a educadores devido a seus posicionamentos ideológicos, ocorrendo desaparecimentos e mortes, além de exílios de pessoas que se manifestassem em contrário ao posicionamento militar, que detinha o poder.

No que tange a educação, pode-se dizer que houve, neste período, um grande progresso, inclusive a promoção de movimentos fundamentais ao desenvolvimento educacional, entre eles o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, que visava minimizar o analfabetismo entre jovens e adultos. Acerca deste movimento, é interessante destacar as palavras de Haddad (*et. al.*, 2000, p. 115-116):

Estávamos em 1970, auge do controle autoritário pelo Estado. O MOBRAL chegava com a promessa de acabar em dez anos com o analfabetismo, classificando como “vergonha nacional” nas palavras do presidente militar Médici. Chegou imposto, sem a participação dos educadores e de grande parte da sociedade. As argumentações de caráter pedagógico não se faziam necessárias. Havia dinheiro, controle dos meios de comunicação, silêncio nas oposições, intensa campanha de mídia. Foi o período de intenso crescimento do MOBRAL.

Em princípio o MOBRAL apresentou bons resultados, os recursos vinham da arrecadação dos percentuais da Loteria Esportiva e deduções do Imposto de Renda, mas não rendeu os efeitos esperados, pois gastava-se um valor muito alto para a educação de um aluno tornando-se ineficiente e caro, assim foi extinto em 1985 e substituído pela Fundação EDUCAR cuja proposta era promover a execução dos programas de alfabetização, e que também foi encerrada, cinco anos mais tarde, durante o governo Collor (HADDAD *et. al.* 2000). Durante o período militar houve intensa valorização da escola técnica, mas o ensino tradicionalista, voltado para a memorização, com grande autoritarismo dos professores se manteve.

Na década de 1980 houve a queda do regime militar o fortalecimento dos ideais democráticos do povo brasileiro, que buscava descentralizar o poder do Estado sobre as instituições de ensino, permitindo maior autonomia das escolas.

Na década 1990 surge um novo paradigma da educação em virtude das profundas revoluções tecnológicas e a retomada do crescimento econômico do país, com estímulos à queda da educação tradicionalista, que apesar de ainda predominar nas escolas do país, tem enfraquecido a medida que os educadores a combatem.

Atualmente, nota-se a exigência de qualificação profissional, bem como a expansão da educação escolarizada, porém, com a influência da herança cultural sobre os objetivos visados pela demanda escolar.

Existem fortes críticas às escolas públicas brasileiras, seja no que tange aos aspectos físicos e estruturais, seja questionando a qualidade do ensino. Espera-se uma escola que estimule as capacidades dos educandos de maneira criativa, mas o que se encontra na prática, é um sistema educativo falho, que traz traços de um ensino tradicional e mecânico, há muito criticado.

Sob o foco histórico é possível perceber que desde o início, ainda no período colonial, a educação já vivia uma crise, que se prolonga ainda hoje, época em que se discutem alternativas para se melhorar o sistema educativo. Desde sua inserção no Brasil ainda no período colonial, a educação se revelou um meio de discriminação social, já que era limitada a elite do país.

Segundo Nascimento (2001, p. 24):

Historicamente, a Escola Pública brasileira foi elaborada a partir dos ideais iluministas, que influenciaram o momento político social no império, em que o Estado como representante das classes, deveria oferecer instrução visando o desenvolvimento do seu papel social, como patrocinador do Ensino Público às camadas populares.

A educação oferecida visava apenas produzir conhecimentos específicos, sem qualquer problematização e sim a memorização, para manter os indivíduos submissos às determinações das elites.

Nascimento (2001, p. 25) afirma: “Inserida num contexto que prevalecia os interesses do liberalismo a Escola Pública brasileira estruturou-se no modelo tradicional caracterizada para o preparo do homem à serviço dos interesses dominantes.”

Por muito tempo reinou no Brasil esse tipo de ensino, voltado para os interesses da elite, onde as camadas mais simples eram apenas depósitos de conhecimentos determinados por aqueles que detinham o poder. É neste contexto que surge a escola pública, como uma obrigação do Poder Público, mas que era determinado pela classe dominante.

Nascimento (2001, p. 25) comenta:

O modelo de Escola Pública estabelecido no Brasil aos valores da pedagogia liberal ofereceu a oportunidade de construir um aluno individualista, competitivo que não consegue desenvolver atividades grupais e nesse olhar a escola pública adotou os ideais conservadores no seu modelo de ensino.

Essa escola pública originária formava indivíduos limitados e despreparados para o mercado de trabalho, o que prejudicou muito o desenvolvimento do país e facilitou a continuidade de inequidade social.

Os problemas do sistema educacional só se agravam e fica clara a discrepância entre o ensino que é oferecido à elite, universal, com conteúdos diversificados e o oferecido às classes mais baixas, que é técnico e profissionalizante, preparando-os apenas para um trabalho mecânico, sem interferência de uma reflexão mais crítica, o que acentuou a inequidade social. Vale

destacar como exemplo a criação da FEBEM - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor que visava formular e implantar programas de atendimento a menores em situação irregular, como prevenindo a marginalização e dando a eles oportunidades de promoção social, mas segundo os estudos de ALMEIDA (2004, p. 100) revela o seguinte resultado:

Além disso, a falta de programas profissionalizantes, eficientes, nas unidades de internação resulta em poucas oportunidades de mudanças para esses jovens. Uma vez internado, esse jovem, agora interno e depois ex-interno da FEBEM, se depara com a falta de instrumentos que poderiam auxiliar nas suas escolhas e desejos diante da cobrança da sociedade, do Estado e da família.

Uma série de maus tratos, rebeliões e fugas desses menores infratores fizeram com que essa entidade falisse. A FEBEM foi substituída pela Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, que é conhecida como Fundação CASA, esta substituição se deu pela ampla reforma nas Políticas, visando à melhoria na qualidade assistencial aos internos, reduzindo assim as possibilidades de eventos negativos.

### 3.2 – EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA PROMOÇÃO DA EQUIDADE NO BRASIL

A palavra equidade é derivada do latim *aequitas*, de *aequus* (igual, equitativo) e tem um conceito filosófico com importância na área do conhecimento, como a sociologia, a política, a jurídica e a economia.

O filósofo Aristóteles aborda a equidade como apelo à justiça quando voltado a correção da Lei em que se exprime a justiça.

Maximiliano conceitua a equidade como o auxiliar da hermenêutica e da aplicação do direito, através de estudo dos textos de lei, dos princípios da ciência jurídica e das necessidades sociais.

Segundo Maximiliano (1996, p.173):

“Fruto de condições especiais de cultura, noção de justiça generalizada na coletividade (jus naturale, aequum, bonum), idéia comum do bem predominante no seio de um povo em dado momento da vida social; a Eqüidade abrolhou de princípios gerais preexistentes e superiores à lei, da fonte primária do Direito. É subjetivo e progressivo, porém não individual, nem arbitrário; representa o sentir do maior número, não o do homem que alega ou decide”.

A busca pela equidade social se manteve por muitos anos e ainda hoje se verifica que a mesma não foi alcançada e, devido a sua importância para o presente estudo, é relevante trazer algumas considerações sobre o assunto.

Ressalta-se que o tema equidade social comumente é relacionado com a ideia de justiça social, pois esta última é alcançada a partir de igualdade de condições entre os indivíduos no contexto da sociedade contemporânea.

Segundo Pisco (2008, p. 5):

Por *equidade* entendemos ser equivalente a igualdade, mas no sentido da *igualdade de oportunidades* proporcionada a todos de uma forma justa mas não igualitária. Implica uma igualdade proporcionada pelos meios e recursos à disposição de todos e não imposta por alguém. Sintetizando, a *equidade* junta a igualdade com a justiça.

Segundo Lima (2012, p. 5): “Equidade social na distribuição de oportunidades pressupõe eliminação de qualquer tipo de prioridade pré-existente em qualquer ação governamental que poderia estar associada a distribuição desigual de produtos e bem-estar”.

É nítida a necessidade da equidade social na distribuição de oportunidades e uma instituição que muito pode colaborar para que a mesma seja alcançada é a escola.

Através da educação, pode-se estimular a conscientização dos indivíduos e minimizar problemas gerados pela discriminação, assim como pela inequidade social, promovendo-se a igualdade social que urge em ser alcançada, principalmente, no ambiente escolar.

Com base nos estudos de Pisco (2008, p. 5):

A *equidade educativa* representa o grau em que os indivíduos podem beneficiar da educação e da formação, em termos de *igualdade de oportunidades*, acesso, tratamento e resultados. Um sistema é equitativo quando os resultados da educação e da formação são independentes do meio socioeconômico e de outros fatores geradores de desvantagens educativas e quando o tratamento reflete as necessidades específicas dos indivíduos em matéria de aprendizagem

Para se estimular a equidade social, a escola tem que promovê-la e manter ações permanentes para que a igualdade seja uma realidade, não ocorrendo qualquer tipo de limitação ou tratamento diferenciado em razão de questões socioeconômicas ou quaisquer outras.

Pode-se dizer que por mediar a construção do conhecimento, levando os indivíduos a refletirem criticamente sobre qualquer assunto ou questão, a educação pode corroborar para a promoção da equidade no Brasil.

A escola pode transformar a sociedade, proporcionando igualdade de condições para que os indivíduos disputem vagas no mercado de trabalho e colaborem para o crescimento social, econômico e político do país.

## 4 - POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL (1995-2010)

### 4.1 – CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

As políticas públicas podem ser entendidas como as formas do Estado intervir na sociedade, proporcionando melhores condições de vida para os cidadãos, principalmente no que se refere à esfera educacional, já que são realizadas inúmeras atividades que visam fiscalizar, incentivar e planejar questões relacionadas à educação brasileira.

É relevante trazer algumas considerações sobre as políticas educacionais, tema definido por Pires (2005 *apud* ROSSI, 2012, p. 21) como:

[...] o conjunto de diretrizes, decisões e ações, sob controle estatal, visando a promover a educação formal, que é aquela obtida nas instituições reconhecidas pela sociedade e, portanto, em condições de oferecer, avaliar e certificar a conclusão de um processo educativo. A política educacional comporta, pois, além de diretrizes, normas, obrigatoriedade em certos níveis, definição e criação de condições de acesso, mecanismos de controle e certificação. Liga-se intimamente à gestão educacional (aqui entendida como o conjunto de meios e processos utilizados para dar materialidade à política educacional), em parte determinando-a e em parte sendo ela determinada.

As políticas educacionais podem ser consideradas como instrumento de melhoria da qualidade da educação de um país, pois abrangem várias diretrizes estabelecidas, ações bem organizadas e decisões que são tomadas a fim de proporcionar aos cidadãos um processo educativo pleno e, conseqüentemente, colaborando para o crescimento do país nas mais variadas esferas.

Cabe acrescentar ainda como base nos estudos de Pires (2005 *apud* ROSSI, 2012, p. 21):

A política educacional, atualmente, nos países capitalistas, é uma política pública, pois é traçada e implementada pelo governo, com a participação controlada de entidades e organismos não-governamentais, visando a realização de objetivos que a sociedade não alcançaria ou chegaria a alcance considerado insuficiente se não houvesse a intervenção estatal. É também uma política social, desde que praticada com a finalidade de atingir setores da sociedade que melhoram suas condições de vida ao terem acesso aos bens e serviços por ela oferecidos. Dificilmente deixa de ser

uma política econômica, na medida em que seus resultados afetam as condições de trabalho e de produção, atingindo a produtividade e a renda dos indivíduos e da sociedade.

É notável que a política educacional é considerada uma política pública, uma vez que é algo desenvolvido pelo governo, mas com participação da sociedade, como forma de alcançar uma democratização da educação no Brasil. Trata-se de uma política social e econômica, a primeira por beneficiar vários setores da sociedade, visando melhorar as condições de vida dos cidadãos e, a segunda, por exercer forte influência na economia do país, isso porque transforma as condições de trabalho dos indivíduos e a produção das organizações.

#### 4.2 – A EDUCAÇÃO NO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Durante muito tempo, a educação brasileira se desenvolveu como um processo falho e elitista, o que afetou muito a economia brasileira e parte da sociedade, já que um povo com conhecimento limitado prejudica o crescimento econômico do país e ainda o incremento da renda do trabalho.

Gradativamente, as indústrias passaram a exigir maior qualificação profissional e expansão da educação escolarizada. Contudo, a forte influência da herança cultural sobre os objetivos visados pela demanda escolar dificultou muito esse processo e apenas há poucos anos os governantes passaram a desenvolver políticas educacionais mais eficazes e organizadas para melhorar a situação da educação no país.

Vale destacar que, Fernando Henrique Cardoso era Ministro da Fazenda no Governo de Itamar Franco quando foi implementado o Plano Real em 1994, moeda que vigora até a presente data, e assim sendo o Plano Real concebido em três fases distintas, conforme esclarece Aviles (2009, p. 15):

A 1ª fase do Plano Real (ortodoxa) trata do ajuste fiscal, para equacionar o desequilíbrio orçamentário da União. Paralelamente procurou-se acumular reservas cambiais para dar condições ao Banco Central de administrar as políticas monetária e cambial. A 2ª fase (heterodoxa) é a tentativa de eliminar a inércia inflacionária, através da introdução de uma nova unidade de conta, a URV, que tinha por objetivo a transição para a introdução da nova moeda. A 3ª fase iniciou-se com a transformação da URV em Real. Nesta fase adotou-se uma regra relativamente flexível, em que foram estipuladas metas monetárias, com a possibilidade de serem ampliadas em caso de emergência, o que ocorreu algumas vezes após a edição do plano.

As medidas aplicadas ao assumir a presidência do Brasil em 1º de janeiro de 1995 por Fernando Henrique Cardoso não se limitam a esfera econômica, mas a várias outras, com ênfase na área educacional, já que o então presidente desenvolveu um Plano Nacional de Educação que apresentava cinco metas básicas, sendo a primeira a ampliação da escolaridade obrigatória, a segunda uma avaliação acerca da qualidade dos cursos, a terceira minimizar a defasagem educacional dos indivíduos adultos, a quarta reduzir a evasão escolar e, por fim, a última meta voltava-se para o elo entre escola e mercado de trabalho (CAMARGO, 2009).

Segundo Camargo (2009, p. 55), analisando os dados durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso:

Um balanço dessas diretrizes adotadas mostra que o número de estudantes matriculados no ensino fundamental cresceu e a evasão escolar diminuiu. Segundo dados do IBGE, 95% das crianças com idades entre 7 e 14 anos estão na escola, e mesmo nas regiões mais carentes o índice atinge 90%. O número de estudantes matriculados no ensino médio cresceu em aproximadamente 30% entre jovens de 15 a 17 anos.

Verifica-se que o Plano Nacional de Educação implantado pelo governo Fernando Henrique Cardoso gerou melhores resultados no que tange a inserção de indivíduos nos bancos escolares, reduzindo a evasão escolar, o que se revelou em medida eficaz, trazendo benefícios para toda a sociedade brasileira.

O governo federal estabeleceu mecanismos de arrecadação e repasse de recursos financeiros para a educação brasileira, sendo estimulada uma intensa reforma educacional, com desenvolvimento e aplicação de mecanismos de controle de qualidade do ensino (YANAGUITA, 2011).

Foram estimuladas parcerias entre governo e sociedade, como forma de melhorar a qualidade da educação no país, conforme dispõe Yanaguita (2011, p. 6):

O documento “Mãos a obra Brasil”, proposta desse governo, expressava que a descentralização das decisões implicava uma revisão do papel das atribuições das esferas de governo, refletindo-se sobre as formulações da educação e suas novas formas de parceria entre o Estado e a sociedade. Conforme este documento, caberia ao poder executivo apenas coordenar e gerir as prioridades educacionais. Para isso deveriam ser reduzidas as responsabilidades do MEC como instância executora e a interferência direta da União nos Estados e Municípios.

Nota-se que o governo promoveu um programa que delegava poderes relacionados a decisões na esfera educacional, estimulando maior participação da sociedade, de modo que ficaria responsável pelo controle e fiscalização dos recursos financeiros, ocorrendo redução de suas responsabilidades educacionais.

Ocorre o retorno dos debates acerca da descentralização do poder do governo e forte estímulo à valorização da educação, bem como de sua autonomia, sendo estimulada a inserção da sociedade nas decisões no contexto escolar.

A igualdade de condições e o estímulo ao estudo dos cidadãos foram objetivos muito destacados nesse processo, que voltava-se para uma gestão mais democrática das escolas públicas, inclusive como ferramenta para se efetivar a qualidade da educação.

Segundo Neto (2011, p. 753-754):

Nas últimas décadas, o tema da gestão democrática tem assumido relevância na agenda política e acadêmica. A sua defesa centra-se no princípio de que a melhoria dos sistemas escolares em todos os níveis requer, necessariamente, uma ampliação dos espaços de participação da sociedade na definição e implementação das políticas. A realização desse princípio exige mudanças substanciais nas organizações escolares e nas pessoas que nelas trabalham, considerando que o que tem prevalecido, historicamente, em nossas escolas, no geral, são práticas de gestão com características centralizadoras, fruto de uma cultura de autoritarismo, conformada na realidade brasileira. Essa é uma situação que vem sendo reconstruída, no país, na medida em que passos iniciais têm sido dados para a edificação de novas práticas que buscam superar as relações eivadas pelo autoritarismo, trilhando caminhos que podem representar um processo em construção da gestão democrática. O que se coloca no

horizonte e a necessidade de se consolidar práticas democráticas com características duradouras, o que não será possível sem o desenvolvimento da consciência da importância da democracia em todos os níveis de atuação social.

Observa-se que o governo de Fernando Henrique Cardoso intensificou o desenvolvimento do processo de democratização das escolas públicas, aumentando as vagas para atender a demanda, estimulando maior participação popular, disponibilizando maior autonomia das escolas e, com isso, promovendo um lento, mas importante crescimento econômico do país.

Destaca-se também a edição de importantes normas que colaboraram para o progresso da educação brasileira, entre elas a Lei 9.424/1996 que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); além da Lei 9394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ambas se revelando etapas marcantes para o desenvolvimento da educação brasileira, assim como várias outras que foram editadas no decorrer dos anos (YANAGUITA, 2011).

Para Antônio (2010) a LDB trouxe em seu artigo 69, § 5º, regulamentação para o repasse das receitas geradas por impostos que devem ser transferidas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para o órgão responsável pela educação, em um prazo de dez dias, para utilizar os recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Durante o decorrer do governo de Fernando Henrique Cardoso, o desenvolvimento da educação ocorreu de maneira lenta, mas como um ponto de partida para que os governos futuros demandassem maior atenção à esfera educacional, sendo um período marcante.

No final dos anos 80, o Banco Mundial propunha um aumento da eficiência interna no ensino público, e como também privatização de escolas e de universidades. Através desta política haveria uma redução dos gastos do sistema público com a educação e tornando o setor privado mais competitivo (CAMARGO, 2009).

Desta forma no que diz respeito ao Ensino Superior no período do governo de Fernando Henrique Cardoso, Camargo (2009, p. 55) comenta que:

O número de estudantes universitários aumentou graças à Proposta de Emenda Constitucional nº 370/96 que, entre outros pretextos, buscou favorecer o financiamento público do ensino privado através do crédito educativo, além do incentivo à abertura de instituições privadas de ensino superior, que aumentaram muito e prejudicaram o ensino da educação com qualidade.

Frise-se que no governo supracitado observou-se um sucateamento do Ensino Superior com a desvalorização dos docentes. Havia na comunidade universitária um sentimento de que essa prática levaria a privatização do Ensino Superior.

#### 4.3 – CENÁRIO EDUCACIONAL NO GOVERNO LULA

Em janeiro de 2003 Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a presidência do governo brasileiro. Por se tratar de um antigo operário, havia muitas expectativas em relação a mudanças profundas, principalmente na esfera educacional.

Lula criou uma política de diversidade social em seu primeiro mandato, desenvolvendo vários programas e ações, que deram continuidade às políticas de valorização da educação iniciada no governo anterior.

Segundo Moehlecke (2009, p. 472):

Em relação ao governo anterior, percebe-se um nítido crescimento, em termos quantitativos, dos programas implementados na área, com ênfase naqueles voltados para a diversidade étnico-racial. Dois programas do governo anterior foram mantidos na gestão Lula, sendo que um deles foi aprovado nos últimos três meses de governo e reformulado nos anos seguintes. Com exceção da educação especial, que tem dois programas iniciados já em 2003, os demais programas começaram a funcionar principalmente no segundo e terceiro ano do governo e, em sua quase totalidade, continuavam em andamento ao final de 2006.

Nota-se que ocorreram evoluções na esfera educacional, quando comparado o governo Lula com o anterior de Fernando Henrique Cardoso, sendo desenvolvidos novos projetos e ações para melhoria da qualidade da educação e estimulada a diversidade étnico-racial, o que foi marcante para um país que apresenta uma cultura discriminatória em virtude da condição social dos indivíduos muito acentuada.

Moehlecke (2009, p. 476) destaca alguns projetos relevantes do governo

Lula:

[...] o Projeto Educar na Diversidade e o Programa Educação para a Diversidade e Cidadania, voltados para o conjunto de educadores e estudantes da educação básica com os quais são discutidos temas e questões relacionados à diversidade cultural e ao combate à discriminação e à exclusão. Há ainda programas que trabalham com ambas as possibilidades de ação, como os programas Conexões de Saberes e Uniafro, direcionados a públicos específicos, mas que se propõem a repensar as relações que se estabelecem entre os grupos étnicos e culturais no conjunto da sociedade.

O objetivo dos projetos desenvolvidos é justamente criar uma nova orientação no contexto das políticas educacionais, visando uma educação igualitária para todos os cidadãos, contemplando a diversidade, de modo a estimular o respeito às diferenças.

No governo Lula, foram elaborados projetos voltados para o ensino superior, como é o caso do Prouni, que tem a finalidade de oferecer bolsas de estudo para estudantes de baixa renda, negros e indígenas.

Segundo Pinto (2009, p. 326):

[...] cabe destacar o Prouni (Programa Universidade para Todos), um programa que vale por toda uma reforma universitária. Da noite para o dia, abriu-se na rede privada um conjunto de vagas gratuitas ou semi gratuitas, graças à isenção de impostos para o setor, superior ao total de vagas oferecidas pela rede federal até então. Embora apoiado por alguns movimentos populares que lutam pela democratização do acesso à educação superior, esse programa, na verdade, representa um claro retrocesso quando se pensa em ampliar o acesso a esse nível de ensino às camadas mais pobres da população sem abrir mão da qualidade. Na verdade, o Prouni reduziu as perspectivas de os jovens dessas camadas ingressarem numa instituição pública, o que se refletiu até mesmo na queda na procura pelos vestibulares de universidades estaduais e federais.

Como se verifica, várias vagas em universidades foram disponibilizadas pelo governo para cidadãos de baixa renda, proporcionando aumento da escolaridade para os mesmos e, ainda que questionada a qualidade da educação recebida.

Outra medida foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) implementado através de um decreto em 2007, e que tem a finalidade de expandir as ofertas de vagas e a permanência no Ensino Superior Público, conforme REUNI (2009):

As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

Por outro lado, as Universidades não tiveram tempo o suficiente para se adequar a proposta do REUNI, conforme explica LUGAO (2010):

Outro ponto destacado foi a deterioração do trabalho acadêmico, já que a expansão do número de vagas, sem a contratação suficiente de professores e meta de dezoito alunos por professor, comprometerá o tripé ensino-pesquisa-extensão, pois os professores deverão dedicar maior tempo às atividades de ensino.

As medidas tomadas no governo Lula geraram mudanças relevantes na educação básica, entre elas a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que ampliou os recursos a serem disponibilizados para as escolas.

Sobre o governo Lula, Pinto (2009, p. 328) explica:

[...] a grande marca da atual gestão do MEC e, com certeza, fator de peso para a manutenção de Fernando Haddad no cargo, na transição do primeiro para o segundo mandato de Lula, foi o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em abril de 2007. O PDE, que nasce como um conjunto de ações (boa parte delas pré-existentes) sem uma maior

articulação entre si, culmina com 52 ações constantes no Plano de Ação Plurianual 2008/2011 (GRACIANO, 2007; KRAWCZYK, 2008 e CAMARGO, PINTO e GUIMARÃES, 2008). Sem dúvida alguma, seu eixo principal é o decreto n. 6.094 de 24/4/2007, que “dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados”.

O governo Lula apresentou como medida marcante a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação, com aplicação de várias ações que integravam os Estados, Municípios e o Distrito Federal, em prol da melhoria da qualidade da educação brasileira.

Foi utilizado o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) como instrumento de referência para identificar os entes que precisavam ser apoiados pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC prioritariamente.

Pinto (2009, p. 328) ressalta ainda: “Inicialmente desenhado para os 1.200 municípios com valores mais baixos no IDEB, os apoios e convênios acabaram se generalizando para a quase totalidade dos municípios e para redes estaduais [...]”.

Certamente, os recursos disponibilizados para os municípios e estados brasileiros contribuíram muito para minimizar os problemas e a falta de instrumentos de trabalho que se verifica nas instituições de ensino de todo o país.

A Tabela 2 traz o percentual de despesas do governo federal com manutenção e desenvolvimento do ensino por subfunção, no período de 2000 até 2007:

Tabela 2 – Percentual de despesas do governo federal com manutenção e desenvolvimento do ensino por subfunção (2000/2007) – R\$ milhões

Subfunção	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ensino Fundamental	845	881	606	819	64	51	1.059	1.142
Ensino Médio	99	829	172	142	165	227	173	122
Educação Profissional	822	848	868	864	931	1.026	1.123	1.385
Educação Superior	8.762	8.574	8.693	8.246	8.314	9.066	10.150	11.434
Educação Infantil	71	6	8	6	1	17	26	3
Educação de Jovens e Adultos	0	267	1	93	9	66	427	0
Educação Especial	8	54	52	51	39	66	55	0
Outras	95	151	881	173	2.728	2.036	6.195	4.746
Total	10.702	11.610	11.281	10.394	12.251	12.555	19.208	18.832

Fonte: Pinto (2009, p. 333)

A Educação Superior teve maiores gastos e conseqüentemente, exigiu que fosse disponibilizado maior volume de recursos à mesma, principalmente quando comparada com o Ensino Fundamental, que teve uma queda nos investimentos nos anos de 2004 e 2005, o que foi superado nos anos seguintes, quando foram disponibilizados mais recursos financeiros para tal segmento.

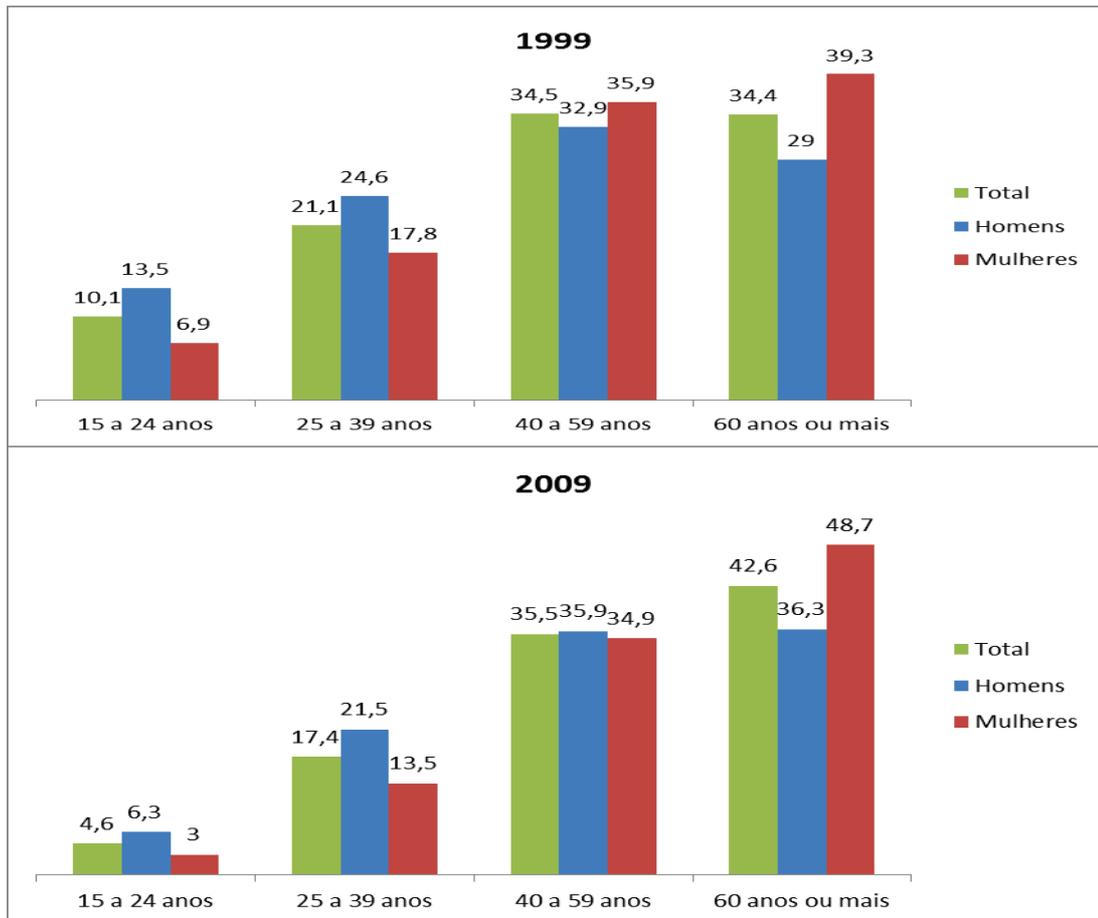
#### 4.4 – UMA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO FHC E LULA

Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva investiram nas Políticas Educacionais durante seus respectivos mandados, porém verificou-se que a gestão de Lula promoveu maior número de programas na educação, mas pouca diferença foi observada entre os índices de desigualdade de renda no país.

A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD realizada no ano de 2009 mostra que as Taxas de Analfabetismo para pessoas com 15 anos ou mais de idade diminuíram no ano de 1999 de 10,1% para 4,6% em 2009. As pessoas de 60

anos são as mais analfabetas, e houve também uma redução de analfabetos de até 39 anos de idade de 1999 para 2009, observa-se que as mulheres são as mais alfabetizadas conforme o Gráfico 4:

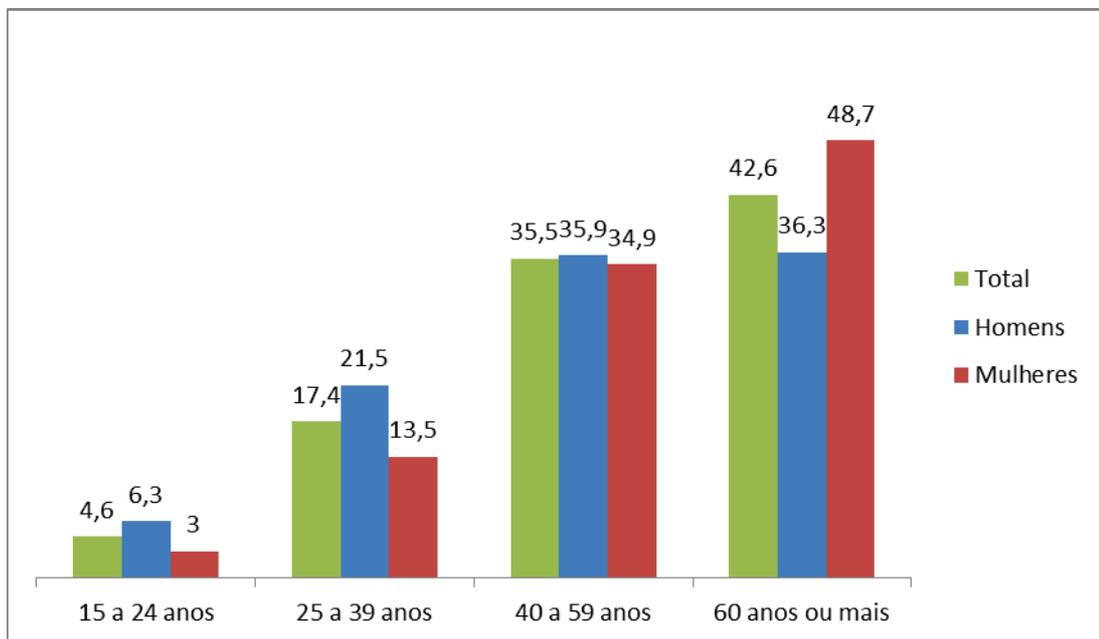
Gráfico 4 – Distribuição Percentual das Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, Analfabetas, Por Sexo, Segundo os Grupos de Idade – Brasil – 1999-2009 em porcentagem.



Fonte: IBGE (2010, p. 51)

Houve uma melhora no que tange a educação infantil. Os números informam que em 1999, 23,3% das crianças de 0 a 5 anos tiveram acesso à creche, já em 2009 este acesso passou para 38,1%, conforme se verifica através do Gráfico 5:

Gráfico 5 - Taxa de Frequência Bruta a Estabelecimento de Ensino da População Residente, Segundo os Grupos de Idade – Brasil – 1999/2009



Fonte: IBGE (2010, p.46)

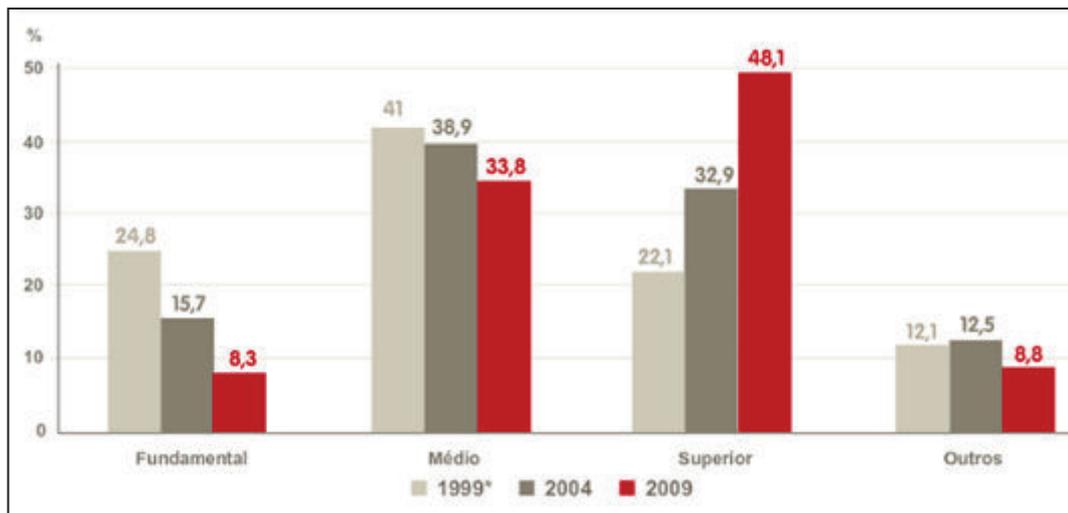
Praticamente todas as crianças estavam na escola, o que nos revela a faixa etária que compreende de 6 a 14 anos, ressalta-se que foi a partir de 2007 que as crianças com 6 anos foram incorporadas ao ensino fundamental, e o que antes essa faixa era de 7 anos a 14 anos. No nível médio, os adolescentes entre 15 a 17 anos, a taxa de frequência era de 78,5% em 1999, e em 2009 a taxa alcançou 85,2%.

Para mensurar a qualidade do conhecimento adquirido pelos estudantes do ensino fundamental e médio o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) estipula metas em torno de 6, em uma escala de 0 a 10, para 2021. Este índice em 2009 mostrou que o país teve 4,6 nas séries iniciais do ensino fundamental, 4 nas séries finais do mesmo nível e 3,6 no ensino médio conforme a pesquisa do IBGE (2010).

Em relação a distribuição de estudantes com idade entre 18 a 24 anos, procurou verificar a frequência escolar entre os anos 1999 à 2009 onde o nível superior é indicado para essa faixa etária. O resultado obtido para o ano de 2009 mostra que estes jovens ainda estavam no nível abaixo do recomendado para essa

faixa etária. Mas, comparando os anos 1999 à 2009 já melhorou em relação ao nível de ensino frequentado, como observa-se no gráfico 6:

Gráfico 6 – Distribuição dos Estudantes de 18 a 24 anos de Idade, por Nível de Ensino Frequentado – Brasil – 1999/ 2009 em porcentagem.



Fonte: IBGE (2010, p.49)

Apesar da melhora nos índices, a síntese do IBGE informa que em comparação com outros países da América Latina o Brasil mostra situação desfavorável com relação às taxas de aprovação, reprovação e abandono. Isto porque, estes têm taxas de aprovação superiores a 90% no ensino fundamental e médio, e o Brasil tem taxas de 85,8% e 77% respectivamente.

No que tange a parcela das taxas de abandono do Brasil, são 3,2% no ensino fundamental e 10% no ensino médio. A Argentina tem 1,3% e 7% e o Uruguai tem 0,3% e 6,8% respectivamente. No Chile, Paraguai e Venezuela, esses índices ficam abaixo de 3%, conforme a Tabela 3:

Tabela 3 - Taxa de Aprovação, Reprovação e Abandono, por nível de Ensino Segundo os Países que compõem o MERCOSUL –2007

Países do MERCOSUL	Taxa					
	De aprovação		De reprovação		De abandono	
	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Argentina	92,3	74,3	6,4	18,8	1,3	7,0
Brasil	85,8	77,0	11,0	13,1	3,2	10,0
Chile	95,2	90,9	3,5	6,3	1,3	2,9
Paraguai	93,4	90,9	4,7	6,9	1,9	2,3
Uruguai	92,0	72,7	7,7	20,4	0,3	6,8
Venezuela	91,4	91,9	6,3	7,2	2,3	1,0

Fonte: IBGE (2010, p.53).

Em suma, houve melhora na educação no que tange a queda da taxa de analfabetismo, aumento da frequência escolar, expansão das universidades, mas quando comparado com outros países da América Latina, observa-se que o Brasil está longe do esperado. É necessário reformas educacionais urgentes que resultem na melhoria da qualidade de ensino, na valorização do professor, na modernização da educação que viabilizem métodos modernos de ensino, maior número de pessoal de apoio, maior número e investimento em bibliotecas locais por exemplo.

## CONCLUSÃO

A partir do estudo realizado foi possível notar que a desigualdade de renda é um sério problema que atinge vários países, sendo bastante acentuado no Brasil, sendo foco de muitos estudos, com tentativas dos governantes de desenvolver programas e ações que minimizassem o problema.

A desigualdade de renda é revelada pelo mercado de trabalho no Brasil. Logo, este apresenta-se mais como transformador da desigualdade do que gerador da mesma.

Observando as ações dos governos de Lula e Fernando Henrique Cardoso, entendem-se que estes procuraram minimizar o problema da desigualdade de renda através de investimentos em educação, criando Políticas Educacionais no Brasil que valorizassem essa esfera e apresentassem diretrizes voltadas para contínuas tentativas de se melhorar a qualidade do ensino no país, oferecer maior número de vagas e motivar os cidadãos e se inserirem nas escolas, uma vez que a educação representa importante ferramenta de promoção da equidade no Brasil. Quando especializando, o indivíduo tem condições de ocupar uma vaga no mercado de trabalho que proporciona maiores rendimentos. Além do aumento da produtividade e, conseqüentemente, minimizando a desigualdade de renda do país, afetando toda a sua economia e promovendo seu crescimento econômico.

Verificou-se que a gestão de Lula promoveu maior número de programas na educação, mas houve pouca diferença entre os índices de desigualdade de renda no país entre os dois governos. O governo de Lula dedicou mais atenção à educação superior que aos demais segmentos.

É de grande relevância destacar que as taxas de abandono do ensino fundamental e ensino médio no Brasil encontram-se muito altas comparada com os países da América Latina. Contudo, ela vem reduzindo.

Verificou-se que ambos os governos estudados obtiveram resultados relevantes no desenvolvimento de programas e ações educacionais. Mas há muito o que se fazer para transformar a educação brasileira e alterar a cultura enraizada de

um ensino tradicionalista, mecânico, que não estimula a criatividade e criticidade, e não somente a memorização de informações.

Certamente, a educação é uma importante ferramenta que deve ser utilizada para minimizar a desigualdade de renda, a partir do momento que oferece suporte, conhecimento e proporciona aos indivíduos a capacidade de realizarem profundas reflexões das políticas sociais, preparando-os para a convivência social e para o mercado de trabalho e, com isso, promovendo a equidade social.

A partir do momento que os governantes destinarem maior atenção à educação dos cidadãos brasileiros, realmente valorizando a mesma, será observada uma real transformação do país, reduzindo diversos problemas enfrentados por ele, especialmente a desigualdade social por meio da redução da distribuição da renda nacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARTYA, S. **O desenvolvimento como expansão de capacidades**. Lua Nova. São Paulo, Cedec, 1993, p.303.

ALMEIDA, Marília Mastrocolla de. **Compreendendo as estratégias de sobrevivência de jovens antes e depois da internação na FEBEM**. Revista Brasileira de Orientação Profissional. São Paulo, 2004. Retirado do Site <<http://scielo.br/>> [Acesso em 16 de julho de 2013].p.100 – 2004.

ANTONIO, Rosa Maria. **O Neoliberalismo e as Políticas Educacionais Públicas do Brasil a partir da década de 1990**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2010.

AVILES, Maicon Danilo Scatula. **Inflação e câmbio pós Plano Real**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

BARROS, Ricardo Paes de. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1995. (Texto para Discussão, n377)

BIER, Lenon Antunes Leopoldo. **Programa Bolsa Família: uma análise do papel das condicionalidades**. 2009, 88f Monografia (Graduação) Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009,.

BRAZ, Sebastião Ricardo Braga. **Exigibilidade de políticas públicas na área ambiental no estado do Amazonas**. Manaus: UEA, 2006.

CABRINE, Conceição e CIAMPI, Helenice. **Ensino de História, Revisão Urgente**. São Paulo: Educ, 2000.

CAMARGO, Priscila Espíndola. **Políticas Educacionais no Brasil (1990 – 2007)**. 2009, 76f Monografia (Graduação). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

COELHO, José Alves. **Os efeitos da renda e da desigualdade na redução da extrema indigência no Brasil**. 2009, 40f (Pós Graduação). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise Das Condições de Vida da População Brasileira**. Rio de Janeiro, 2010. 46 a 51p.

LANGONI, C. G. **Distribuição da Renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LIMA, Alcenil Alves de. **Gestão Democrática, um desafio frente aos conflitos da realidade escolar**. Paraná: Universidade do Norte do Paraná, 2010.3 - 4p.

LIMA, José Júlio Ferreira. **O conceito de equidade social como referencial para avaliação de políticas.** III CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO, 2012. Site <<http://ibdu.org.br/eficiente/repositorio/Projetos-de-Pesquisa/congressos-e-seminarios/recife-2004/166.pdf>> [Acesso em 24 de janeiro de 2012].

LUGÃO, Ricardo Gandin. **Reforma Universitária no Brasil: uma análise dos documentos oficiais e da produção científica sobre o REUNI – programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais.** X Colóquio Internacional sobre Gestión Universitária em América del Sur Mar del Plata, Argentina, 2010. Retirado do Site <<https://qrepositorio.ufsc.br/handle/123456789/9692>> [Acesso em 05 de setembro de 2013].

HADDAD, Sérgio; et. al. **500 anos de educação escolar.** Revista Brasileira de Educação. São Paulo: Anped, mai/jun/jul/ago, nº 14, 2000.

MAXIMILIANO, C. **Hermenêutica e aplicação do direito**, 16. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1996.

MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de. **Gestão democrática na e da educação: concepções e vivências.** 2012. Retirado do Site <<http://www.pead.faced.ufrgs.br>> [Acesso em 22 de novembro de 2012].

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano.** Retirado do Site <<http://portal.mec.gov.br/>> [Acesso em 09 de agosto de 2013].

MOEHLECKE, Sabrina. **As políticas de diversidade na educação no Governo Lula.** Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 137, p. 461-487, maio/ago. 2009.

NASCIMENTO, Ana Carla Carvalho do. **Repetência: um refletir sobre a inoperância do sistema educacional brasileiro.** Belém: Universidade da Amazônia, 2001.

NETO, Antônio Cabral. **Gestão escolar em instituições de ensino médio: entre a gestão democrática e a gerencial.** Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 116, p. 745-770, jul.-set. 2011.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **O financiamento da educação no governo Lula.** RBP AE – v.25, n.2, p. 323-340, mai./ago. 2009.

PISCO, Paulo. **Equidade e Inclusão: Serão as Políticas Educativas Suficientes?** Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2008.

REIS, Maurício Cortez. **Os impactos das mudanças na demanda por trabalho qualificado sobre o desemprego por nível de qualificação durante os anos noventa no Brasil.** RBE Rio de Janeiro v. 60 n. 3 / p. 297–319 Jul-Set 2006.

RIBEIRO, Marco Aurélio de Patrício. **Papel do professor**. Porto Alegre: Revista do Professor Vol. 18, nº 69. Ano XVIII, janeiro a março de 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2001. 33-34p.

ROSSI, Samuel Quinaud. **Discursos de uma educação ambiental escolar: sobre políticas, projetos e professores**. 2012, 173f (Mestrado). São João Del-Rei: Universidade Federal de São João Del-Rei, 2012.

SANTOS, Fernanda Fernandes dos. **Gestão democrática: concepções teórico – práticas dos docentes da educação básica pública do município de Marília**. Revista Urutágua- revista acadêmica multidisciplinar Nº 14– dez. 07/jan./fev./mar. 2008.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa**. 2008. Retirado do Site <<http://www.scielo.br/>> [Acesso em 03 de dezembro de 2012].

SILVA, Joséá Maria Alves da. **Inventário macroeconômico do Governo Lula**. REVISTA DE ECONOMIA E AGRONEGÓCIO, VOL.8, Nº 3, 2011.

SOUZA, Sally Carvalho de. **Políticas Públicas Ambientais: áreas de preservação ambiental no município de Goiânia**. 2009, 57f Monografia (Graduação). Goiânia: Faculdades Integradas de Jacarepaguá, 2009.

YANAGUITA, **Adriana Inácio.As Políticas Educacionais no Brasil nos anos 1990**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2011.